

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **COMÉRCIO DE CATIVOS NA REGIÃO DE PASSO FUNDO/RS (1850-1888)**

Áxsel Batistella de Oliveira  
Universidade de Passo Fundo  
[axsel.o@hotmail.com](mailto:axsel.o@hotmail.com)  
Bolsista Prosc CAPES I

A propriedade da terra e o cativo estão intrinsicamente ligados ao surgimento e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a segunda concomitante com a primeira, pois o cativo vem a surgir devido primeiro a abundância de terras no Brasil e a necessidade de uma mão de obra e a escolha pela cativos vindos do continente africano foi devido ao fato de que não haveria forma de obrigar os homens livres e imigrantes ao trabalho agrícola por uma remuneração irrisória sob sua labuta. O Brasil, há muito tempo, enfrenta problemas relacionados à propriedade da terra e, entre tantos litígios, a questão envolvendo os cativos e a sua relação na formação e manutenção da propriedade ganham destaque nessa pesquisa. As desigualdades sociais, a má distribuição econômica, refletem nos problemas que encontramos hoje, como, por exemplo, a violência para com os trabalhadores rurais, os povos de remanescentes de comunidades quilombolas e os indígenas, fruto de interesses que envolvem a posse e a propriedade da terra e o seu histórico ligado ao uso do cativo durante mais de três séculos.

Palavras-Chave: Escravidão – Território – Comércio

### **1. PROPRIEDADE E ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL**

O Rio Grande do Sul neste contexto foi elevado à categoria de capitania apenas em 1807, se tornando independente da capitania do Rio de Janeiro. Na agora capitania as políticas de sesmarias também chegaram, na qual ressaltamos a concessão de sesmarias e após 1822 concessões de porções de terras para militares em forma de retribuir os seus serviços militares, destacamos aqui o Coronel Francisco de Barros Miranda, que foi um legislador da cidade de Passo Fundo no ano de 1864 (sendo presidente da câmara de vereadores) e havia ganho uma grande quantidade de terras, cerca de 14.000 hectares, devido a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870). As terras do Coronel Miranda iriam de onde hoje se encontra os municípios de Sertão e Passo Fundo.

Algo comum nestas concessões era de os fazendeiros encontrarem posseiros já instalados nas terras, e a partir disso decidirem se manteriam estes sujeitos na condição de agregados, ou se os expulsaria das terras. Nestes casos, assim como nos processos de colonização o conflito com posseiros e indígenas foram inevitáveis.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Gutierrez (2001), as Charqueadas tiveram seu início em 1780 no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como um dos pioneiros o português José Pinto Martins, que se estabeleceu onde hoje é o município de Pelotas/RS. Esta primeira fase durou até o ano de 1831. Um dos motivos das charqueadas terem surgido e se desenvolvido nesta região seria a questão geográfica, pois essas propriedades se formaram entre lagoas e o Atlântico, onde se encontravam gramíneas forrageiras<sup>1</sup> muito nutritivas, se tornando um “curral nativo”, ou seja, para a criação do gado esse território continha uma boa oferta de água, alimento e propiciava o transporte dos produtos das charqueadas através da via marítima.

As bibliografias uruguaia e rio-grandense assinalaram a data de 1780 como o início das atividades charqueadoras, com vistas à comercialização. Na banda de cá, parece que o pioneiro foi o português, fabricante de carne seca, no Ceará, José Pinto Martins, que, fugindo das secas dos anos de 1777, 1778 e 1779, veio parar às margens do São Gonçalo ou do arroio Pelotas, onde estabeleceu a primeira fábrica de carne salgada. Na Banda Oriental, consta como precursor o espanhol Francisco Medina. (GUTIERREZ, 2001: 47).

Em 1779, apenas dois anos depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), estabelecido entre Portugal e Espanha, houve o intuito de acabar com a disputa pela posse da Colônia de Sacramento e outras regiões, dividindo São Pedro do Rio Grande ao meio, no sentido longitudinal, próximo onde é hoje a cidade de Santa Maira/RS, ficando a parte oeste sob domínio espanhol e a parte leste sob domínio português. Iniciaram as doações de sesmarias de campo a militares de carreira, lideranças de grupos armados e para alguns religiosos. Essas sesmarias eram delimitadas por acessos fluviais, como a Lagoa Mirim, Laguna dos Patos, Arroios Taim e Chui e pelo Mar Atlântico, e vieram a se constituir em um aglomerado de estâncias, charqueadas e olarias.

As sesmarias eram chamadas de Pavão, Santana, São Tomé, Santa Bárbara, Monte Bonito, Pelotas e a Real Feitoria do Linha-Cânhamo (GUTIERREZ, 2006-2009: 234). Na localidade do 3º Distrito da Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul, normalmente chamada de Serro Pelado, se configuraram cerca de quarenta charqueadas,

---

<sup>1</sup> São utilizadas na alimentação de animais bovinos, equinos e caprinos, além de servirem também para adubação e conservação do solo. Sendo fundamental para a qualidade da carne bovina.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sendo trinta na sesmaria de Monte Bonito, que ainda em 1781 já haviam sido doadas 19 partes de terras ribeirinhas desta sesmaria.

A sesmaria do Monte Bonito, que se localizava no final da serra do Mar, conhecido como serra dos Tapes, entre os arroios Santa Bárbara e Pelotas, na margem norte do canal São Gonçalo, ligação natural entre a laguna dos Patos e a lagoa Mirim, no sul do continente americano, teve um desenvolvimento diferente das demais terras, situadas na região. Nessa área, os portugueses assentaram o cerne de sua produção charqueadora escravista meridional. (GUTIERREZ, 2001).

Iniciava-se o grande comércio dos produtores de charque e da mão de obra escrava nessa região, formando o núcleo charqueador pelotense, onde ocorria a produção do charque, desde o abate dos animais ao processo de salgar a carne. Esses eram lugares insalubres, onde predominava o mau cheiro, restos dos animais abandonados a céu aberto e o proliferamento de impurezas. Nestes estabelecimentos constituídos de estâncias, charqueadas e olarias havia de 30 a 150 negros escravizados, em uma média de 84 escravos por propriedade, considerado um número elevado de cativos trabalhando e cerca de 70 por cento desta mão de obra era especializada (campeiros, domésticas, marinheiros, etc.). O número de mulheres e crianças trabalhando nestas terras era pequeno, demonstrando que os proprietários não investiam na reprodução dos escravos. Em 1831, o governo brasileiro decretava a proibição do tráfico de negros vindo do continente africano, através da Lei do Governo Feijó, de 07 de novembro de 1831:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil. Para os casos da excepção nº 1º, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalisar-se na visita da sahida se a embarcação leva aquelles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da sahida da embarcação, serão apprehendidos, e retidos até serem reexportados. (LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Inicia-se a segunda fase das charqueadas (1831 – 1850) com a proibição da entrada de novos escravos no território brasileiro, fazendo preço de um cativo aumentar, assim como a pressão para findar a escravidão, ressaltando que, mesmo com a nova lei, o tráfico transatlântico continuou (em menor escala). As autoridades imperiais eram coniventes ainda com este processo, pois a economia era dependente da mão de obra escrava, e nas fazendas do Rio Grande do Sul não foi diferente, como podemos ver na tabela que segue, o número de cativos era considerável.

**Tabela 1 – Escravos nos inventários *post-mortem* de alguns municípios 1811/1881**

Município	Nº de inventários	Inventários Com Escravos	Total de Escravos	Média de escravos por inventário
<b>Bagé</b>	28	18	89	4.9
<b>Cruz Alta</b>	95	34	168	4.9
<b>Pelotas</b>	37	23	200	8.6
<b>Rio Grande</b>	63	39	279	7.1
<b>Rio Pardo</b>	32	26	216	8.3
<b>São Borja</b>	19	10	47	4.7
<b>S. Leopoldo</b>	26	7	25	3.5
<b>Total</b>	300	157	1024	6.5

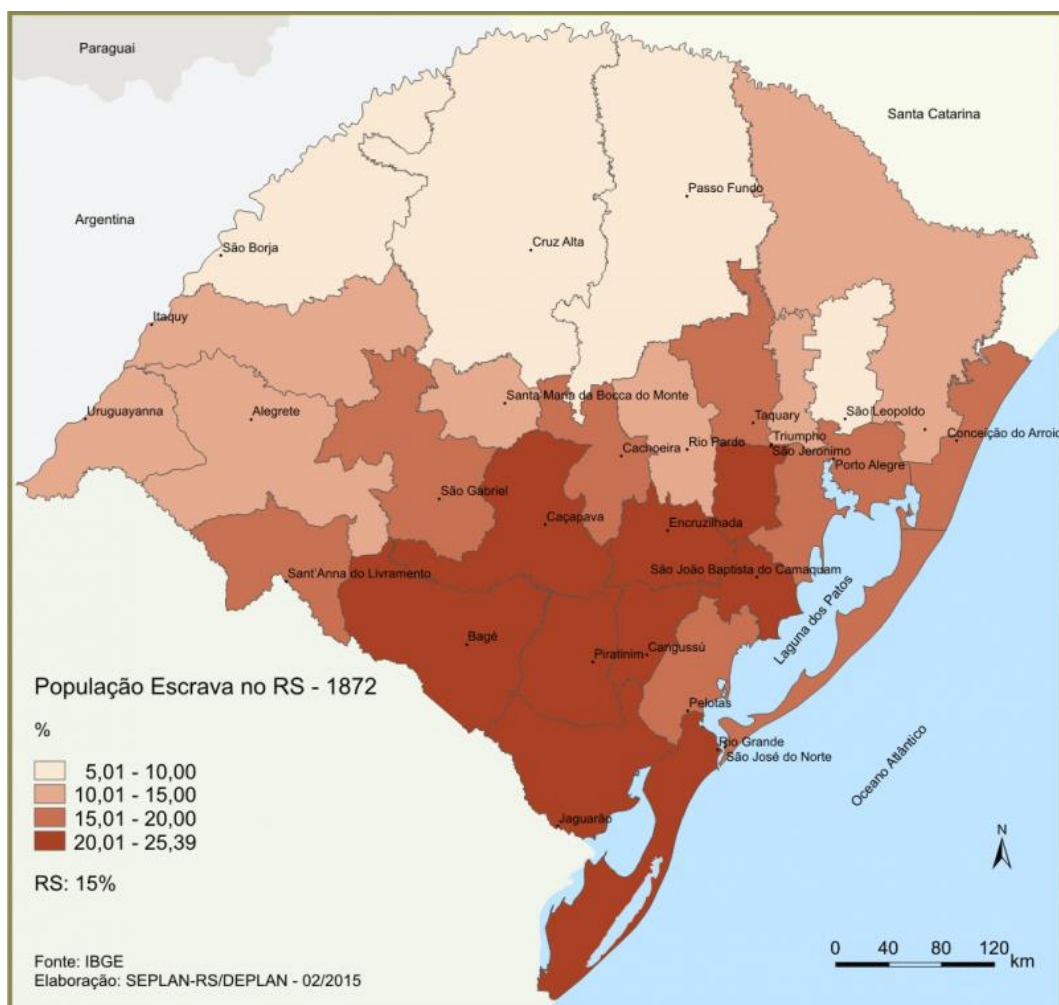
Fonte: ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. P. 193.

A partir da tabela, podemos perceber que mais da metade dos inventários possuíam escravos, mas nas economias das charqueadas e pastoral essa média sobe mais. Como haviam poucos tropeiros, os escravos acabavam por ocupar esta função, além de exercerem o posto de campeiros, fazendo com que os escravos não saíssem dos campos de seu senhor. Porém, havia os negros que eram marinheiros, possibilitando a presença de cativos fora de seu domínio, mas dentro dos barcos do senhor, trabalhavam levando os

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

produtos das charqueadas através dos arroios até o porto de Rio Grande. Distante das propriedades, sob uma vigilância reduzida, o trânsito marítimo auxiliou na resistência dos negros à clausura, facilitando a fuga dos escravos e dificultando a recaptura pelos seus senhores, pois se encontravam distante de suas terras e em território desconhecido.

Mapa 1 - População Escrava Do Rio Grande do Sul em 1872



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Como pode-se ver no mapa, no sul do estado do Rio Grande do Sul se concentrou um grande contingente de mão de obra escrava, devido à concentração das estâncias, charqueadas e olarias, que vieram a utilizar a força escrava no trabalho. Em 1814, a população do RS seria de 70.000 habitantes e inseridos nesse dado estariam cerca de 20.000 escravos.

A terceira fase (1850 – 1888), com a promulgação da Lei Nº 581, de 4 de setembro de 1850, estabelece ações para a contenção do tráfico negreiro, alterando o sistema escravista que passou a realizar um tráfico provincial. Não menos selvagem, este comércio se deu entre as regiões do Brasil com os negros que já se encontravam no território brasileiro. Uma prova deste mercado provincial que se estabelecia são as origens dos negros vindos para as charqueadas pelotenses neste período:

**Tabela 2 – Escravos crioulos com províncias determinadas, pertencentes aos charqueadores pelotenses (1850-1888)**

<b>Província</b>	<b>Nº de escravizados</b>	<b>Porcentagem representativa do Nº de escravos vindos de cada região</b>
<b>Maranhão</b>	<b>01</b>	<b>0,1</b>
<b>Ceará</b>	<b>08</b>	<b>1,6</b>
<b>Bahia</b>	<b>21</b>	<b>4,6</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>07</b>	<b>1,4</b>
<b>Piratini</b>	<b>02</b>	<b>0,3</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>05</b>	<b>1,1</b>
<b>Aracaly</b>	<b>02</b>	<b>0,3</b>
<b>Paraíba</b>	<b>01</b>	<b>0,1</b>
<b>São Paulo</b>	<b>01</b>	<b>0,1</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>04</b>	<b>0,7</b>
<b>Sergipe</b>	<b>01</b>	<b>0,1</b>
<b>Indeterminados</b>	<b>407</b>	<b>88,5</b>
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>100%</b>

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Fonte:** ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Demografia escrava das charqueadas pelotenses*. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Coord.). *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 262

Os escravos provenientes da Bahia destoam dos demais na quantidade. Isso deve-se ao fato de que a região nordeste do Brasil sofreu com rebeliões escravistas durante o século XIX, tendo como exemplo a Revolta dos Malês<sup>2</sup>, os negros rebelados foram vendidos para proprietários de terras na região sul do país. Este processo de tráfico provincial se deu até a assinatura da Lei Áurea, após anos de pressões externas e internas para findar com a escravidão no país.

Na região norte do Rio Grande do Sul predominavam as estâncias em contrapartida das charqueadas da região sul, tinha-se a lógica de que uma produzia o gado para ser abatido em outra. Mesmo com as diferenças de paisagens e socioeconômicas, ambas mantinham como sua principal mão de obra o cativo.

Tem-se que no Rio Grande do Sul haviam mais campos e pastagens do que pessoas residentes, um dos reflexos destas grandes propriedades foram os surgimentos de municípios extensos com uma densidade demográfica baixa principalmente na região sul, enquanto as regiões florestais eram postas de lado (Norte) por quem vinha residir na capitania. Quando a terra se tornou escassa na região sul, houve um processo intenso de migração para a parte norte da província. “O fato de não contarem com a propriedade jurídica da terra, não terem grandes recursos econômicos nem influência política impossibilitou que extrativistas e pequenos posseiros pudessem se manter nas terras e ervais que usufruíam” (ORTIZ, p. 102. 2011).

As pastagens existentes na região norte foram logo ocupadas e transformadas em latifúndios pastoris, enquanto os povos nativos que ali residiam como caboclos livres que exploravam os ervais públicos e indígenas foram sendo empurrados para regiões de matos para as fronteiras agrárias. Estes latifundiários eram compostos por ex-militares em sua maioria, na qual se apossaram dos melhores territórios, controlando recursos como alimentos e água.

---

<sup>2</sup> A Revolta dos Malês foi uma das inúmeras rebeliões promovidas por escravos durante o Período Regencial (interregno entre a abdicação de D. Pedro I e o chamado “Golpe da Maioridade”, quando seu filho D. Pedro II teve a maioria proclamada – 1831 a 1840). O motim ocorreu na cidade de Salvador – BA, entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1835 (no fim do mês sagrado do Ramadã), há exatos 180 anos. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/archives/40530> > Acesso em: 21 de jun. de 2021.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Quanto a dimensão do uso do gado nas estâncias e o papel dos cativos na região norte do Rio Grande do Sul no século XIX ainda não está clara como um todo. Nesse sentido temos uma historiografia tradicional que nas décadas de 1970 e 1980 mediu esforços para compreender o cativo nessa região e sua ligação com o trabalho nas estâncias.

Os primeiros historiadores que se debruçaram sobre esta temática tentaram minimizar o papel e a presença de cativos na formação agrária da região norte. Um exemplo desta visão se encontra embasada na obra de Jorge Salis Goulart, chamada “A formação do Rio Grande do Sul” publicada pela primeira vez em 1927, cujo foi premiado pela academia brasileira de letras, no qual desenvolve a tese de que o trabalhador das estâncias, defendendo a ideia de que ele seria mais um amigo do que um subordinado ao patrão da estância. “(...) a democracia riograndense, por conseguinte, adoça, humaniza entre nós a nefanda instituição que outros povos ambiciosos criaram e exploraram (...) tradicional espírito de igualdade gaúcho liberta a raça martirizada antes mesmo da assinatura da lei áurea em 1884” (GOULART, 1927: 48-49).

Essas passagens escritas por Goulart no início da década de 1920 ainda demonstram uma herança de teorias racistas que perduravam no período não só entre os intelectuais, mas na população em geral. Começa então a surgir a raiz da tese da escravidão mais branda nas estâncias do Rio Grande do Sul e do gaúcho benevolente que seria defendida a até pouco tempo por intelectuais da área de humanas em suas pesquisas.

Para Zarth (2002:106), “mesmo superada aquela visão inicial, os historiadores recentes encontram dificuldades para caracterizar o papel da escravidão na sociedade gaúcha, fato que decorre, provavelmente, da inexistência de *plantations* que estão ligadas à escravidão”. Com o tempo o cativo passou a ser admitido pelos intelectuais, mas relativizado e tendo seu papel diminuído, como no caso da obra do americano Joseph Love de 1975, em que defende a ideia de que a escravidão não teve o significado par ao Rio grande do Sul como teve para as plantações de açúcar e café na região norte e sudeste do Brasil.

O sociólogo e ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso em sua obra “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” de 1977, afirma que a escravidão foi apenas fundamental na região sul do Estado no trabalho nas charqueadas, “foi a indústria

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul” (CARDOSO, 1977: 70). A principal corrente de pensamento seguida pelos historiadores que buscaram compreender o sistema escravista nesta região até então era a marxista e devido a isso viam o cativo ligado ao um modo de produção do sistema capitalista.

O historiador Mário Maestri, discute sobre a complexidade que se tinha no cativo na região sul do Rio Grande do Sul, segundo ele, “nem sempre no existem escravos existe um regime social de produção escravista; nem sempre que existe regime é ele a forma de produção dominante”. Em cima disso, podemos perceber que as principais discussões sobre o cativo no RS se debruçavam sobre a região sul e a lógica do charque, mas e como ficavam os negros e a lógica econômica em outras regiões?

**Tabela 3 – Províncias com Maior Proporção de População Escrava**

Província	Livres	Escravos	Total	Escravos em %
RJ	456.850	301.352	758.202	39,7 %
ES	59.748	22.297	81.775	27,6 %
RS	364.002	98.450	462.452	21,3 %
MA	284.101	74.598	358.699	20,8 %
SP	680.742	174.622	855.364	20,4 %
SE	139.812	33.064	172.872	19,1 %
MG	1.642.449	311.304	1.953.753	15,9 %
Brasil	8.220.620	1.540.829	9.761.449	15,8 %

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro, 1875. P. 46-62. Relatório do ministério da Agricultura. 10 de maio de 1883, p. 10 apud Conrad, 1978, p. 345.

Quanto aos discursos sobre não haver tantos escravos no RS e que sua relação com os padrões era mais branda, vemos que proporcionalmente o estado era o terceiro do país com mais números de cativos, estando apenas atrás dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Proporcionalmente o RS tinha mais cativos do que grandes regiões escravistas como Minas Gerais e São Paulo. Ressalta-se também, que neste período o Estado do RS enviar cativos para as plantações de café paulistas, tanto é, que durante a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

votação da lei do ventre livre a bancada de legisladores gaúchos votou alinhado com os paulistas contra a lei.

Quanto o cativo nas estâncias do Rio Grande do Sul, há historiadores que negam a sua importância para o sistema econômico e social da região, como cita Maestri (1984:52) quanto ao uso de cativos no trabalho com gados, afirma que havia o uso da mão de obra escrava, mas que esse modo de produção não era calcado na produção escravista, Maestri toma como base documental os relatos do naturalista Auguste Saint-Hilaire, ao qual descreveu as estâncias gaúchas em 1820. Já o historiador Décio Freitas (1981:36), também não busca negar a existência de cativos, mas afirma que não haviam muitos e que só eram responsáveis por trabalhos domésticos e de produções de subsistência. Fernando Henrique Cardoso, compartilha da mesma linha de pensamento e análise sobre o uso de cativos como mão de obra nas estâncias, negando a importância destes sujeitos para a formação socioeconômica da região norte do Rio Grande do Sul.

Segundo Zarth (2002:111), o termo estância corresponde normalmente a grandes extensões de terras (cerca de 13.000 hectares), todavia, essa nem sempre era a realidade. O historiador analisou relatórios municipais que demonstraram haver um domínio de estabelecimentos com poucos animais, assim, havendo múltiplas estâncias. Nesse sentido, a quantidade de cativos em uma estância estava estritamente ligada ao número de animais que o patrão possuía, pois quanto mais animais, mais cativos seriam necessários para os trabalhos de pastoreio. Em grandes estâncias o uso do cativo como forma de se ter mão de obra era indispensável, já em médias e pequenas estâncias nem sempre era possível encontrar cativos trabalhando.

**Tabela 4 – Escravos nos Inventários Post-Mortem de Alguns Municípios**

<b>Município</b>	<b>Nº de inventários</b>	<b>Inventários com escravos</b>	<b>%</b>	<b>Total de Escravos</b>	<b>Média</b>	<b>Anos</b>
Bagé	28	18	64,2%	89	4,9	1851/81
Cruz Alta	95	34	35,7%	168	4,9	1851/81
Pelotas	37	23	62,1	200	8,6	1821/81
Rio Grande	63	39	61,9	279	7,1	1811/81

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rio Pardo	32	26	81,2	216	8,3	1821/81
São Borja	19	10	52,6	47	4,7	1851/81
S. Leopoldo	26	7	26,9%	25	3,5	1851/81
<b>Totais</b>	<b>300</b>	<b>157</b>	<b>52,3%</b>	<b>1024</b>	<b>6,5</b>	<b>1811/81</b>

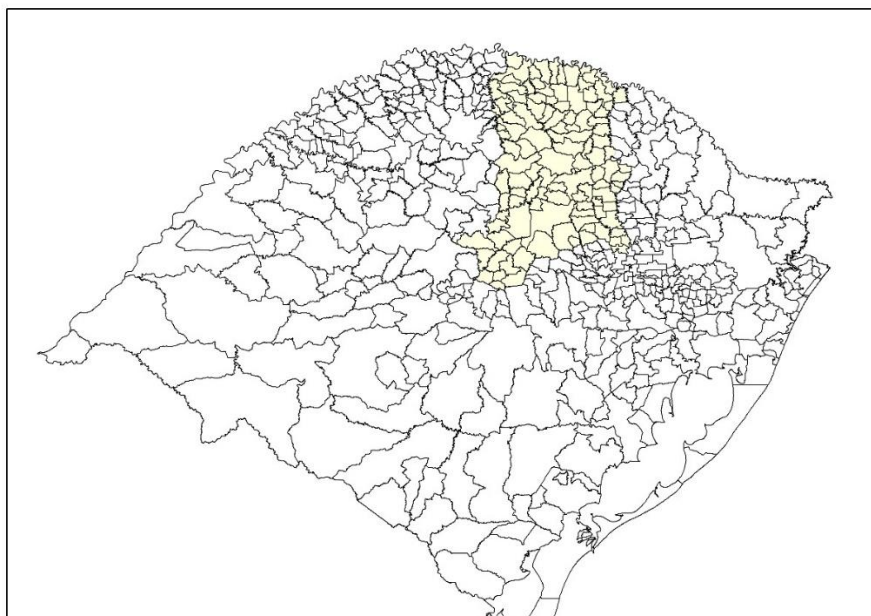
Fonte: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002. p. 113

A partir da tabela, podemos analisar que mais da metade dos inventários consultados continham cativos com uma média de 6,5 por padrão. Nos municípios com uma economia pautava no uso do gado seja para pastorear ou para o charque, os índices de cativos nas terras chegam a 52,3%. Assim, podemos ver uma grande presença de cativos pelas regiões do Rio Grande do Sul, contrariando àquela primeira visão dos historiadores quanto ao pouco uso de mão de obra escrava em outras regiões.

## 2. COMÉRCIO DE CATIVOS NA REGIÃO DE PASSO FUNDO (1850-1888)

A partir da proibição do tráfico de escravos para o Brasil, iniciou-se um processo de comércio interno de cativos e de reprodução nos próprios cativeiros para manter a mão de obra nas estâncias e fazendas ao longo do país. E é nesse cenário que começa a suscitar e crescer a compra e venda de cativos no Rio Grande do Sul e mais especificadamente na região norte do Estado, onde o município de Passo Fundo estava localizado.

### Mapa 2 – Extensão do Município de Passo Fundo durante o século XIX.



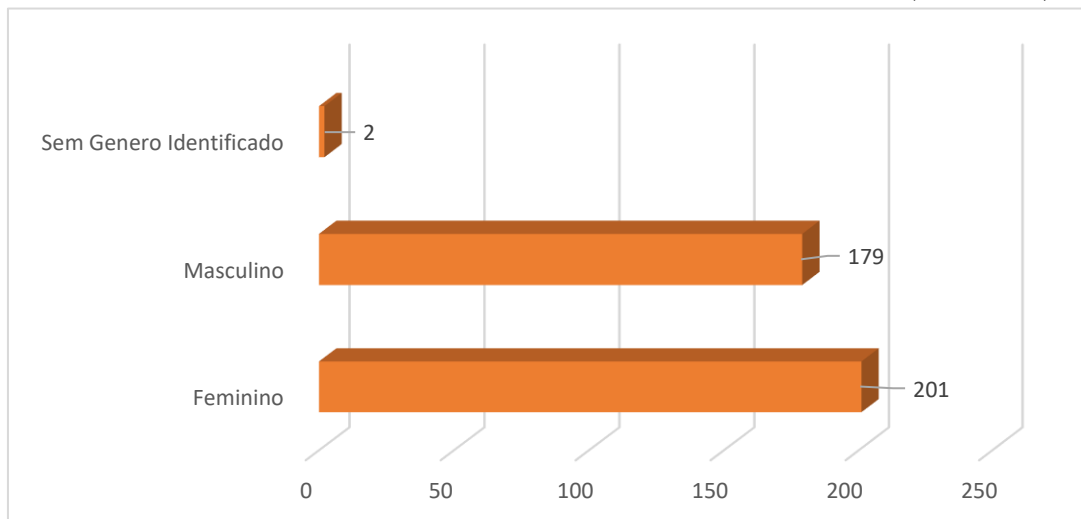
# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fonte: VANIN, Alex. 2021

Como podemos ver no mapa acima, Passo Fundo tinha um território extenso, contendo além da sua sede, outros 7 distritos que assim, compunham seu espaço político-administrativo. Além disso, como podemos ver anteriormente a região norte teve uma forte presença de cativos e contou com o uso dessa mão de obra para girar a economia e realizar os trabalhos nas estâncias, realizando inúmeras tarefas, como iremos ver logo adiante.

A região de Passo Fundo teve entre 1850 e 1888, por meio dos contratos de compra e venda disponíveis no APERS, cerca de 382 cativos comercializados com as mais variadas cidades e regiões do país; como São Paulo, Chapeco, Lages e Santa Maria. A partir da leitura e catalogação das fontes podemos notar que Passo Fundo teve um comércio intenso de cativos, demonstrando que nesta região havia um uso da mão de obra cativa, bem como, um comércio significativo tanto de venda como de compra.

**Gráfico 01 - Gênero dos Cativos Comercializados em Passo Fundo (1858-1884)**



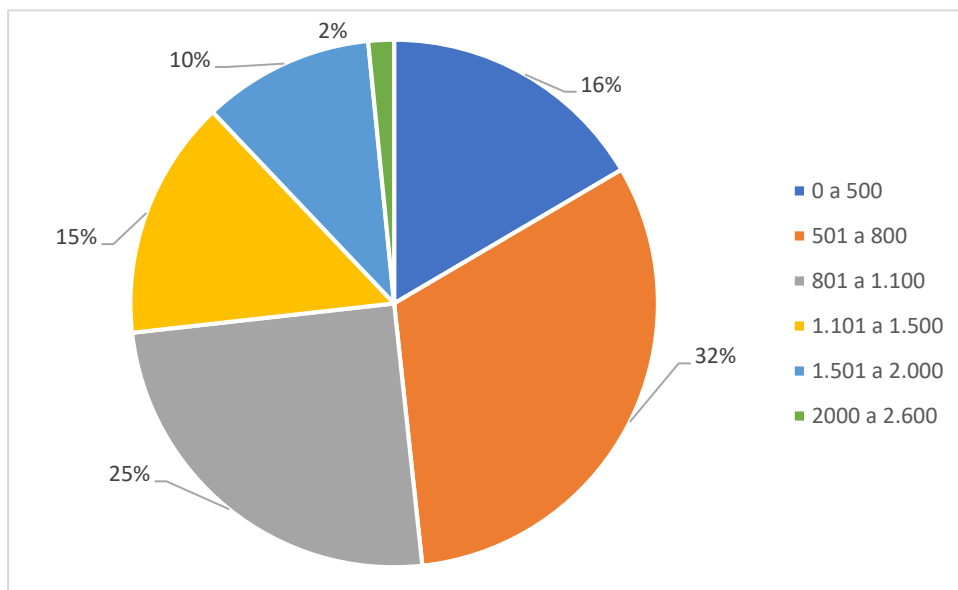
# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fonte: Feito pelo autor.

Como podemos ver no gráfico acima, foram comercializados 382 escravos durante a segunda metade do século XIX. Além disso, a grande maioria dos cativos é do gênero feminino, mostrando assim, uma realidade que mostrava a preferência por esta compra, devido ao fato de normalmente estas mulheres serem vendidas com seus filhos e filhas, e assim, tornando a compra ou venda mais benéfica aos comerciantes.

No gráfico a seguir, irá demonstrar o valor de cada escravo e média dos valores:

**Gráfico 02 - Valor dos Cativos Comercializados em Passo Fundo (Em Réis) - 1858/1884**

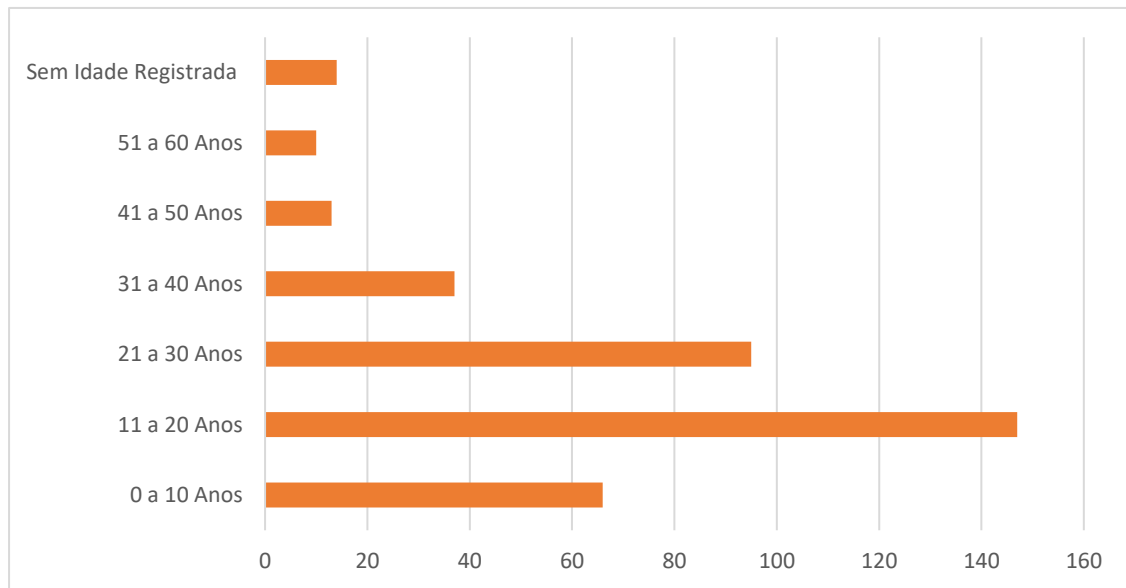


Fonte: Feito pelo autor.

No gráfico 02, vemos que a média de valores dos escravos comercializados na região de Passo Fundo é de 501 a 800 contos de réis, sendo um valor elevado se comparado ao custo das propriedades e dos animais do período. Sendo assim, mostra o fato de que investir em um escravo era algo arriscado, pois o seu custo era elevado e podia sofrer com fugas, doenças e o custo de alimentação para os senhores.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

**Gráfico 03 - Idade dos Cativos Comercializados em Passo Fundo - 1858/1884**



Fonte: Feito pelo autor.

Outra questão que surgiu por meio dos contratos de compra e venda, foi a média de idade dos escravos comercializados em Passo Fundo. No gráfico 03, fica evidente que a maioria do comércio circulava em torno de jovens entre 11 e 30 anos, e alguns fatores que levaram a isso foram a força física, domínio de alguma atividade (campeiro, roceiro, domador, domestico) e estado de saúde, sendo estes alguns dos fatores que faziam esta faixa etária ser a mais comercializada.

## CONCLUSÃO

Portanto, o número de escravos no Rio Grande do Sul fora expressivo, o que influenciou na formação de inúmeros quilombos e, após, comunidades de remanescentes quilombolas no Estado. Tempos depois, com a falta de mão-de-obra para trabalhar nas sesmarias e a escravização dos indígenas que não obteve sucesso, devido as fugas e ao “corpo mole” no serviço, essa mão-de-obra foi substituída pela escrava, o que perdurou por três séculos, causando reflexos até os dias de hoje. Porém, no início do século XIX começavam as pressões, principalmente da Inglaterra para o fim da escravidão, o que culminou na proibição do tráfico negreiro em 1850 e mais tardar na Lei Áurea em 1888.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Como vimos, o comércio em Passo Fundo de escravos era algo instituído no meio socioeconômico da região, no qual inúmeros membros da sociedade participavam desta lógica, como senhores estancieiros, políticos, empresários e membros da Igreja Católica, e evidenciando que era comum o uso da mão de obra escrava para a produção econômica de Passo Fundo. Mesmo antes dessa lei o tráfico já estava diminuindo, e essa mão de obra precisava ser substituída, surgindo então leis para incentivarem a vinda de colonos para o Brasil, como os alemães (1824) e italianos (1875).

## BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI. Quilombos. In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Org.). *Raça: perspectivas antropológicas*. Salvador: Edufba, 2008.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. De Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- DALOSTO, C. D. *Políticas Públicas e os Direitos Quilombolas no Brasil: O exemplo kalunga*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- FREYRE, Gilberto; FONSECA, Edson Nery da; TUNA, Gustavo Henrique (Rev.). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GROSSI, P. *História da propriedade e outros ensaios*. Tradução Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- GUTIERREZ, E. J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.
- \_\_\_\_\_. Sítio Charqueador Pelotense. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 231-256.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- JUNIOR, A. O. V. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Anos 90*, Porto Alere, v. 16, n. 30, p. 187-214, 2009.
- MAESTRI, M. et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009-2010.
- \_\_\_\_\_. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O escravo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- MIOZZO, P. C. Fundamentos dos Conceitos de Hermenêutica Jurídica e de Interpretação em Carlos Maximiliano. *Cadernos do Programa de Pró-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 369-384, 2016.
- MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- OLIVEIRA, A. R. S.; SILVA, C. H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. *Caderno de Geografia*, v. 27, n. 49, p. 2318-2962, 2017.
- RIZZARDO, A. *Curso de direito agrário*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- SALIS GOULART, Jorge. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: ESTSLB/Martins Livreiro, Caxias do Sul: UCS, 1978.
- SMITH, R. *A propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009.